

PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA: MALDIÇÃO OU BENÇÃO?

CHINA'S PRESENCE IN AFRICA: CURSE OR BLESSING?

HELTON RICARDO OURIQUES¹
GABRIELA BOHRER SCHMIDT²

Resumo

Desde a Revolução Cultural, em 1949, há um estreitamento das relações entre a China e os países africanos. Naquele momento, essas relações foram impulsionadas por motivos políticos e ideológicos. Já a partir da década de 1980 e do acelerado crescimento econômico chinês, este país projeta-se para a África buscando recursos energéticos e acesso a matérias primas para sustentar seu crescimento. A maior atuação chinesa no continente africano dá-se por meio de investimentos externos diretos, ajuda financeira, projetos de infraestrutura e perdão de dívidas, por exemplo. Os benefícios dessa relação para o desenvolvimento de países africanos são grandes. Entretanto, são várias as críticas dos países ocidentais em relação a essa nova configuração: a especialização dos países africanos na exportação de *commodities* e suas consequências de longo prazo, o princípio da não-interferência chinesa nos assuntos internos desses países e as consequências da entrada de produtos manufaturados chineses na indústria local africana. Esse artigo tem como objetivo efetuar uma breve descrição acerca da aproximação sino-africana, analisando sua evolução e expondo os benefícios e as críticas que vêm sendo feitas a res-

peito das relações entre a China e os países da África.

Palavras-Chave: China; África; relações econômicas.

Abstract

Since the Cultural Revolution in 1949, there is a closer relationship between China and African countries. In that moment, these relations were driven by political and ideological reasons. After 1980, the scenario is changed, because the rapid Chinese economic growth made this country looking for Africa seeking access to energy resources and raw materials to sustain their growth. Most Chinese activities in Africa take place through foreign direct investment, financial aid, infrastructures projects and debt relief, for example. The benefits of this relationship for the development of African countries are great. However, there are some criticisms of Western countries in relation to this new setting: the specialization of African countries in the export of commodities and its long-term consequences; the Chine-

se principle of non interference in the internal affairs of these countries and the consequences of the entry of Chinese manufactured products in African local industry. This article intend to describe the China – Africa approach, analyzing their evolution in the recent years and exposing the benefits and criticisms that have been made about the relationship between China and African countries.

Key Words: China, Africa, economic relations, development.

JEL: O13; O55; O57.

INTRODUÇÃO

As reformas econômicas empreendidas na China no final da década de 1970 tinham como essência a visão de que apenas através da prosperidade econômica e da modernização tecnológica o país alcançaria o poder e a independência. Assim, Deng Xiaoping, por intermédio da política das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa), permitiu a entrada

¹ Economista, Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC; <helton.ricardo@ufsc.br>

² Bolsista Voluntária do Programa PIBIC/CNPQ



da China na economia global capitalista e no paradigma informacional. Entretanto, as reformas e a abertura foram sempre controladas de perto pelo Estado chinês, buscando preservar o poder, o controle e a influência do Partido Comunista Chinês (PCC) como representante do povo. (CASTELLS, 1999)

Assim, a China se integrou às redes de comércio e acumulação da economia capitalista mundial. Desde as reformas, apresentou um crescimento econômico de dar inveja aos países ocidentais: a média do crescimento anual dos últimos 30 anos é de 9%, incluindo o recorde de 15,2% em 1984. (OLIVEIRA, 2009) Sua economia de porte continental, com uma grande reserva de mão-de-obra barata e qualificada, tem sido o destino cada vez maior de investimentos industriais que buscam custos baixos, colocando o país no centro dos processos de acumulação capitalistas globais.

O crescimento chinês apoia-se no rápido crescimento das firmas domésticas e num vasto e dinâmico mercado interno, relacionados à expansão da indústria pesada. Essas firmas domésticas, auxiliadas pelo governo, passam a internacionalizar-se, realizando investimentos externos diretos e instalando filiais, principalmente em países em desenvolvimento. Como exemplo, é crescente a participação de empresas ligadas ao setor de extração que investem fora da China, com destaque na África, como a *China National Petroleum* e a *China International and Export Corporation*. Nesse continente, o crescimento dos IED de empresas chinesas cresceu mais de 300% de 2003 para 2004. (RIBEIRO, 2010, p.12)

Abriando a maior população do mundo e com previsão de alcançar 1,4 bilhões de pessoas em 2025 e 1,6 bilhões em 2050 (Martins, 2008 *apud* Pereira, 2011, p. 21), a China exerce uma grande pressão por

commodities no mercado mundial. Em 2005, a demanda chinesa foi de 6,16% do total das importações mundiais, correspondendo a 22,6% do total de alumínio, 27% do algodão, 43% do minério de aço e 47% do cimento consumidos no mundo. (RIBEIRO, 2010, p. 6). Os fatores citados, somados à melhora no padrão de vida dos chineses³, rápida industrialização e grande demanda chinesa por automóveis (a China é o terceiro maior mercado do mundo), aumenta a necessidade do país de petróleo e gás natural, materiais industriais e de construção, capital estrangeiro e tecnologia.

Assim, um dos impactos do modelo de desenvolvimento chinês e da contínua expansão de sua indústria é uma necessidade cada vez maior de energia e recursos naturais, o que causou um notável impacto em suas relações comerciais: vinte anos atrás, a China era o maior exportador de petróleo do Leste da Ásia; hoje, é o segundo maior importador desse recurso do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. (ZWEING; JIANHAI, 2005) Na virada do século XXI, a dependência chinesa por petróleo importado estava na casa dos 40% e, em 2009, chegou a 50%. Em 2009, a China utilizava 7,8 milhões de barris de petróleo por dia e esse consumo é projetado para chegar a 10 milhões de barris diários nas próximas duas décadas, de acordo com a Agência Internacional de Energia. (JIANG, 2009, p. 591)

Essa necessidade crescente de energia e recursos naturais por parte da China tem efeitos também em sua política externa. O país precisa obter recursos para manter tanto seu crescimento quanto sua estabilidade política. Para alcançar esse objetivo, então, o PCC tem encorajado os representantes das empresas estatais

a garantirem contratos de extração e fornecimento com Estados produtores de petróleo, gás natural, cobre e outros. Além disso, para garantir o acesso aos recursos, o governo aproxima-se e corteja esses países ao reforçar relações bilaterais, conceder perdão de dívidas e ajuda na construção de estradas, pontes e estádios, por exemplo. (ZWEIG; JIANHAI, 2005) A “fome” chinesa por recursos energéticos e *commodities*, assim, está levando o país a se aproximar de diversos países e continentes. E a África, em particular, é um grande atrativo, graças às suas grandes reservas energéticas, minerais e de outros recursos-chave para o desenvolvimento chinês.

Na verdade, pode-se dizer que desde a Guerra Fria percebe-se um estreitamento nas relações entre a China e a África. Essa aproximação pode ser observada em dois momentos: primeiro, após a Revolução Chinesa (1949), por motivos políticos e ideológicos do governo de Mao Tsé Tung, buscando exportar a revolução e auxiliar os governos africanos na busca de sua independência das metrópoles europeias; e segundo, após a década de 1980, guiado tanto por interesses chineses quanto africanos. Neste segundo momento, a China buscava no continente africano tanto apoio político para enfrentar o isolamento diplomático imposto pelo Ocidente graças ao Massacre da Praça de Tiananmen, quanto um mercado para seus produtos manufaturados e uma fonte de recursos naturais indispensáveis para a manutenção de seu elevado crescimento econômico. Já os países africanos passaram a ver a China como um modelo de desenvolvimento a ser seguido e uma alternativa às imposições feitas pelo Ocidente por ajuda econômica.

³ O número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 490 milhões em 1981 (49% da população) para 88 milhões em 2003 (7% da população). (Raine, 2009 *apud* Pereira, 2011, p. 21)

As relações sino-africanas aumentaram de forma considerável nos últimos anos: de 2001 a 2007, o comércio entre essas regiões cresceu 681%. (JIANG, 2009) Os IEDs chineses na África também estão em ritmo crescente, destinados à setores como extração de recursos, de construção, agricultura, etc. Entretanto, essas relações são marcadas por grandes benefícios e contradições. Os benefícios da maior presença chinesa na África são expressivos, como a realização de projetos de infraestrutura, transferência de tecnologia, aumento do comércio e, logo, dos rendimentos dos países. Entretanto, a especialização dos países africanos na produção e exportação de *commodities* é um fator que causa preocupação para o desenvolvimento em longo prazo, e a não interferência da China nos assuntos internos dos países nos casos de violação dos direitos humanos e corrupção governamental causa agitação nos países ocidentais.

Este trabalho voltar-se-á, assim, ao estudo das relações sino-africanas, inicialmente, buscando entender os fatores que motivaram a aproximação entre essas regiões. Em seguida, faremos um balanço das relações entre China e África, expondo os benefícios e críticas dessa aproximação e, finalmente, faremos as devidas conclusões.

RELAÇÕES SINO- AFRICANAS: HISTÓRIA E MOTIVAÇÕES

Como dito anteriormente, a aproximação sino-africana se deu em dois momentos. Primeiramente, no período entre a Revolução Chinesa (1949) e a abertura econômica (1978), a aproximação foi guiada pela ideologia e interesses chineses. A intenção de exportar a revolução e a busca chinesa por aliados no contexto da Guerra Fria coincidiu com o

processo de descolonização dos países africanos. Havia um sentimento de união e simpatia com a África, tendo em mente que ambas foram vítimas da colonização por parte dos países capitalistas e imperialistas. O primeiro encontro oficial entre a China e países africanos ocorreu na Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia. Segundo Marques, Berutti e Faria (2007) *apud* Rydzyk (2010), essa conferência teve como objetivo condenar o imperialismo, a discriminação racial e a construção de armas atômicas pelas grandes potências, além de tentar impedir a intervenção dos EUA e da URSS nos assuntos internos dos Estados. Nesse encontro, a China apresentou os cinco princípios para o seu relacionamento com os países estrangeiros, que são: (i) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; (ii) não agressão mútua; (iii) não ingerência nos assuntos internos; (iv) igualdade e vantagens recíprocas; (v) coexistência pacífica. Além disso, as relações diplomáticas entre Egito e China foram estabelecidas nessa conferência e, até o fim da década, Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné também iniciaram relações diplomáticas com o país asiático, reconhecendo o governo de Mao. (OLIVEIRA, 2007)

Durante a Revolução Cultural, apesar de suas dificuldades econômicas internas, a China passou a conceder empréstimos e ajuda financeira para a África. Em 1964, a China assinou acordos com seis países africanos, relacionados a projetos de infraestrutura e assistência tecnológica. Um dos maiores projetos chineses na África foi a construção da ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Tan-

zan), para a qual a China concedeu 405 milhões de dólares de empréstimo sem juros, além da mão-de-obra de cinquenta mil trabalhadores. (RYDSYK, 2010, p. 19) Esse projeto, segundo Taylor (2006); foi recusado pelas potências europeias e pelos EUA, o que contribuiu para que a China se mostrasse como uma potência alternativa, aumentando sua influência no continente. Graças à ajuda chinesa, foram estabelecidas relações diplomáticas com vários países africanos, como Senegal, Madagascar, Botswana e Camarões e, na metade dos anos 1980, eram 44 os países africanos que estabeleceram laços diplomáticos com a China (SUN, 2014, p. 4)

Um dos motivos para que a China buscasse ativamente estabelecer relações diplomáticas e cooperativas no continente africano estava na arena política internacional: esses países eram vistos como uma fonte de apoio para alcançar seus objetivos. Entre os objetivos perseguidos pela China, destacam-se: (i) barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan; e (ii) acumular apoios na Assembleia Geral da ONU. Quando, em 1971, o país asiático conquistou um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ficou evidente a influência chinesa e a importância dos aliados africanos: 26 dos 76 votos em favor da China foram dados por países africanos. Hoje, os 54 países africanos correspondem a mais de um quarto dos membros da ONU. Esse apoio político foi essencial depois do episódio da Praça de Tiananmen⁴ e da reação do Ocidente, que passou a isolar e sancionar a China internacionalmente: seis países afri-

⁴ O Massacre da Praça Tiananmen ocorreu devido a protestos motivados pela insatisfação de grupos da sociedade chinesa com os rumos do sistema político e com as reformas econômicas realizadas pelo governo. Esses protestos ocorreram entre 15 de abril e 04 de junho de 1989. Entretanto, no dia 03 de junho, o governo decidiu reprimir as manifestações, enviando a infantaria e tanques do exército para a Praça Tiananmen, o que ocasionou a morte de centenas de civis, entre eles estudantes, intelectuais e trabalhadores urbanos.

canos (Botswana, Lesoto, Zimbábue, Angola, Zâmbia e Moçambique) tiraram o país do isolamento ao convidar o Primeiro Ministro chinês à uma visita em agosto de 1989. Como agradecimento pelo apoio político, de 1991 até hoje a África é o primeiro destino das visitas ministeriais todos os anos. (RYDSYK, 2010, p. 20)

Entretanto, percebe-se um afastamento entre a China e África na década de 1980. Nesse período, inicia-se na China o processo de reforma e abertura, comandado por Deng Xiaoping, fazendo com que o país se concentrasse em resolver questões internas e em promover o seu próprio crescimento econômico. Assim, a assistência econômica e ajuda humanitária dadas aos países africanos sofreram uma redução.

Essa mudança da política externa chinesa coincidiu com um período de grandes dificuldades enfrentadas pelo continente africano. Segundo Castells (1999), a África Subsaariana, em relação às outras áreas do globo, experimentava um processo de significativa deterioração de sua posição relativa no comércio, investimentos, produção e consumo a partir do final dos anos 1970. Como as exportações africanas restringiam-se a *commodities* primárias, e graças à fragilidade dos mercados internos, a industrialização por substituição de importações e a produção agrícola para os mercados internos também não se sustentou. Como destacado por esse autor, tais dificuldades levaram a maioria das economias africanas à dependência da ajuda internacional e dos empréstimos externos. Em números, a dívida externa [africana] total saltou de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994 (em termos de porcentagem de PIB). Assim, “cientes da impossibilidade de a África saldar a dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se dessa dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países

africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação” (citação de outro artigo do AUTOR).

Assim, o afastamento chinês levou à busca de assistência econômica no Ocidente, o que fez com que os países africanos passassem por vários ajustes estruturais, baseados, principalmente, no Consenso de Washington⁵. Os pontos abordados nesse Consenso eram vistos como uma fórmula para a recuperação econômica dos países em desenvolvimento e adotados pelos organismos multilaterais e doadores ocidentais como condições aos empréstimos efetuados aos países africanos. Inicialmente, as imposições feitas pelos países ocidentais para a elaboração de projetos na África, como a redução dos gastos públicos, as restrições macroeconômicas, o respeito aos direitos humanos e, em alguns casos, a democratização, foram negadas pelos governos africanos. Entretanto, na década de 1990, a necessidade crescente de ajuda econômica fez com que alguns governantes adotassem essas medidas, passando a ver a democratização e os ajustes estruturais como meios que levariam à recuperação da economia, no curto prazo, e ao desenvolvimento sustentável, no longo prazo. Apesar disso, muitos setores da sociedade civil africana afirmam até hoje que essas mudanças não asseguraram o crescimento econômico e a diminuição da pobreza em seus países. (RYDSYK, 2010)

Enquanto isso, graças às re-

formas de Deng Xiaoping, a China apresentava uma explosão em seu crescimento econômico. Com isso, os governantes africanos, insatisfeitos com as imposições feitas pelo Ocidente como forma de obter ajuda econômica e pela falta de resultados positivos alcançados com o Consenso de Washington, passaram a ver a China como um modelo de desenvolvimento a ser seguido. Outro atrativo do modelo chinês é a união de regime não democrático com crescimento econômico, já que vários países africanos se identificam com essa forma de governo, e o princípio da não interferência nos assuntos internos dos países.

Assim, há uma reaproximação entre a China e os países asiáticos a partir da década de 1990. Nessa época, os interesses econômicos passaram a ganhar peso na política externa chinesa. O crescimento do país já começava a trazer à tona alguns problemas que terão que ser enfrentados pelo país para manter seu modelo de desenvolvimento. Até meados dos anos 1980, a China destacava-se como maior exportadora de petróleo do Leste Asiático. Em 1993, essa posição é revertida e a China depara-se com o fim da autossuficiência nesse recurso energético e com a necessidade de encontrar outras fontes de energia, o que fez com que ela voltasse suas atenções para o continente africano. (OLIVEIRA, 2007) Nesse novo cenário, o princípio da não interferência nos assuntos internos dos países foi fundamental para a manobra chine-

⁵ Conjunto de dez pontos, entendidos como centrais para o desenvolvimento de um país: (i) disciplina fiscal, por meio da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; (ii) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; (iii) reforma tributária; (iv) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; (v) taxa de câmbio competitiva; (vi) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; (vii) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; (viii) privatização, com a venda de empresas estatais; (ix) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e (x) direito de propriedade (Rydsyk, 2010)

sa na África: ele permite que a China faça negócios com países mal vistos pelo Ocidente, devido, por exemplo, às acusações de desrespeito aos direitos humanos ou de corrupção. Assim, enquanto as empresas ocidentais são desestimuladas ou até impedidas de ter relações comerciais – nos casos de embargos – em alguns países africanos, as empresas chinesas podem “entrar à vontade” e aproveitar a pouca concorrência nas disputas por campos de exploração de petróleo e minas. Isso evidencia, como citado por Zweig e Jianhai (2005, p. 30) que “a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade”.

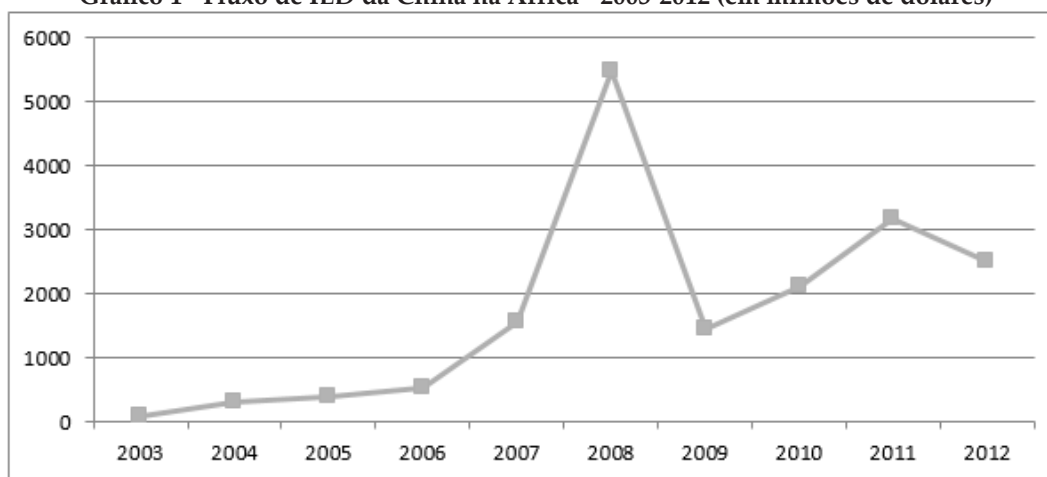
Outro interesse econômico chinês que contribuiu para o estreitamento das relações com a África é o mercado desse continente. Os baixos preços dos produtos produzidos pela China, principalmente no setor têxtil e eletrônico, são atrativos para

os países africanos com menor nível de renda. A importância dos países africanos para a China aumentou após a crise de 2008, quando as importações de bens chineses por parte dos países ocidentais diminuiu e a China teve que procurar outros mercados para escoar sua produção. Já em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial da África, passando os EUA - em 2012, o comércio sino-africano atingiu US\$198,5 bilhões, enquanto o comércio entre África e EUA foi de US\$99,8 bilhões. Entretanto, o comércio sino-africano corresponde a apenas 5% das trocas da China com o resto do mundo. (DEWS, 2014) As importações chinesas do continente são essencialmente constituídas de recursos naturais e energéticos, como o petróleo, cobre, bauxita, urânio e alumínio, enquanto as exportações chinesas são principalmente de produtos finais, como máquinas, têxteis e eletrônicos.

O aumento do IED chinês no

continente africano caminhou junto com o processo de aproximação entre essas regiões⁶. De acordo com o relatório do Ministério do Comércio (MOFCOM, 2011), o IED da China na África cresceu de US\$317 milhões em 2004 para US\$5,49 bilhões em 2008. Durante esse período, a alta dos preços das matérias-primas, em particular o petróleo, ocasionou uma grande alta do investimento nos países produtores desse recurso (Ouriques e Lui, 2012, p.22). A crise de 2008 levou à diminuição desse fluxo – em 2009 o IED chinês na África caiu para US\$1,44 bilhões. Mas em 2010 já se percebe um retorno no crescimento: US\$2,11 bilhões em 2010 e US\$3,17 bilhões em 2011. Apesar desse crescimento, o IED chinês na África corresponde a uma pequena porção do total (4,3% em 2011). A maior parte do IED chinês destina-se à países asiáticos (60,9%), latino-americanos (16%) e europeus (11,1%) (MOFCOM, 2011).

Gráfico 1 - Fluxo de IED da China na África - 2003-2012 (em milhões de dólares)



Fonte: Unctad

⁶ O papel do governo chinês no estímulo aos IED foi essencial. Além da participação de grandes empresas estatais no total de IED, a estratégia do “Going Global”, iniciada em 2003, tinha como objetivo encorajar as firmas chinesas a investirem fora do país. Para isso, foram promovidas mudanças na legislação, proporcionando simplificação nos processos de aprovação de projetos, estímulo ao investimento no exterior, gestão cambial e avaliação estatística (Ouriques e Lui, 2012, p. 21).

Grande parte desses investimentos destina-se a atividades relacionadas à exploração de petróleo e recursos naturais. Os países do continente que recebem a maior parte do IED chinês são Angola e Sudão⁷, os maiores exportadores africanos de petróleo para a China. As relações com esses países são marcadas por vários contratos na indústria petrolífera: em 2002, a Sinopec (*China Petrochemical Corporation*) assinou um contrato de US\$525 milhões para desenvolver o campo petrolífero de Zarzaitine, na Argélia; em 2003, a CNPC (*China National Petroleum Corporation*) comprou refinarias argelianas por US\$350 milhões; em 2005, Angola recebeu um empréstimo de US\$2 bilhões em troca de acordos de exploração e comércio de petróleo; ainda em 2005, a empresa chinesa PetroChina assinou um acordo de fornecimento de 30.000 barris de petróleo cru por dia com a *Nigerian National Petroleum*, no valor de US\$800 milhões; em 2006, a CNOOC (*China National Offshore Oil Corporation*) concordou em pagar US\$2,3 bilhões pela exploração de uma parte do campo de petróleo e gás na Nigéria⁸. Além disso, empresas chinesas começam a investir em países como Congo e Namíbia, buscando estabelecer novas refinarias de petróleo. A Nigéria também assinou, em 2006, um contrato dando direitos de exploração para a CNPC em troca de investimentos em infraestrutura no valor de US\$4 bilhões (Taylor 2006, p. 945). Como consequência desses contratos, as importações chinesas de petróleo africano têm se expandido nos últimos anos: a África já corresponde a um terço das importações chinesas. (JIANG, 2009, p. 591)

O aumento da presença na África traz à tona outro interesse da China no continente: a segurança. De acordo com Sun (2014), as iniciativas relacionadas à segurança na África são relativamente menores em comparação com as realizadas na perife-

ria da China, graças à distância entre essas regiões. Entretanto, o aumento de atividades de empresas chinesas e de nacionais vivendo no continente africano⁹ trazem alguns desafios ao governo chinês. As ameaças a essas empresas e pessoas são relacionadas, em grande parte, às tensões políticas dos países africanos. Entre as ameaças à segurança chinesa no continente africano destacam-se: (i) roubos e sequestros de nacionais chineses¹⁰; (ii) ataques à chineses motivados por questões políticas, como a cooperação chinesa com governos autoritários africanos e a exploração de recursos naturais; (iii) ataques a projetos e instalações chinesas devido à questões trabalhistas e atividades ilegais exercidas por empresas chinesas; e (iv) ataques a navios chineses por piratas da Somália. Esses são alguns casos que ameaçam a segurança de empresas e civis chineses nos países africanos, e são críticos em países com instabilidades políticas¹¹. Eles também têm reflexo na legitimidade do PCC dentro da China. Assim, entre as medidas tomadas pelo governo chinês para garantir a segurança na África está a proteção consular para nacionais e empresas chinesas. Entretanto, a falta de fun-

cionários nos consulados e as instabilidades políticas que afetam a capacidade do governo de fazer valer a proteção fazem os consulados uma proteção mais simbólica do que eficiente. (SUN, 2014)

A capacidade da China em resolver o problema da segurança através da militarização é limitada, em grande parte devido ao seu princípio da não-interferência em assuntos internos, já que ela poderia colidir com as leis e com a soberania das nações africanas. Assim, há um interesse crescente na busca por soluções bilaterais: de acordo com Sun (2014, p. 11), a China tem tomado uma série de medidas para aprofundar sua cooperação com a União Africana (UA) e países africanos nos assuntos de paz e segurança. Em 2012, durante o encontro do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o presidente chinês inaugurou a *Initiative on China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security*, que tem como objetivo dar apoio às operações de pacificação da UA dentro da África através de apoio financeiro para o exército da UA e do treinamento de oficiais de segurança e pacificadores. Essa iniciativa chinesa traz à tona duas conclusões acerca da política

⁷ Em 2004, segundo Ribeiro (2010), Sudão recebeu 50,99% dos IEDs chineses na África.

⁸ A Sinopec, CNPC e CNOOC são empresas estatais. Assim, suas operações são definidas pela estratégia nacional de busca por recursos energéticos e pelo caminho da política externa chinesa. Isso faz com que suas atividades sejam definidas por visão de segurança energética de longo prazo, em vez de prioridade de lucro de curto prazo – em alguns casos as empresas operam com taxas de lucro muito baixas, arcando com prejuízos contínuos (Taylor, 2006, p. 942).

⁹ De acordo com Sun (2014, p. 9), em outubro de 2012 havia 1 milhão de chineses vivendo na África.

¹⁰ Essa é a ameaça mais comum e que mais prejudica os chineses que vivem na África. Como exemplo desses episódios, Sun (2014) coloca o sequestro de nove trabalhadores chineses no sul da Nigéria em 2007; o assalto a quatro chineses na Nigéria em agosto de 2007, que terminou com um morto; e o sequestro de nove trabalhadores da CNPC em outubro de 2008, no Sudão, que levou à morte de oito chineses.

¹¹ Em 2011, durante a guerra civil na Líbia, a China teve que mobilizar recursos militares e diplomáticos para evacuar mais de 30.000 chineses que estavam naquele país. Foram necessários quatro aeronaves militares e um navio militar na operação. Apesar disso, a mudança de regime na Líbia resultou em US\$20 bilhões em perdas para empresas chinesas que atuavam no país, devido à quebra de contratos que foram feitos no governo de Gadhafi (Sun, 2014, p. 10).

de segurança do país na África: (i) a China vê a UA como uma força estabilizadora no continente, capaz de proteger os interesses de segurança chineses; e (ii) a China está disposta a auxiliar a UA no desenvolvimento de suas capacidades para lutar contra as ameaças à segurança chinesa na África. (SUN, 2014)

FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA

Durante a visita de Jiang Zemin em 1996, foi lançada a ideia da criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), considerado um importante passo para a revitalização e fortalecimento das relações sino-africanas. No primeiro FOCAC, realizado em 2000 em Beijing, líderes chineses e africanos elaboraram acordos relativos à parceria estratégica para o desenvolvimento econômico. Já no segundo encontro do FOCAC, em 2003, a China se comprometeu a “aumentar gradualmente sua assistência à África, promovendo o treinamento profissional para dez mil africanos, em três anos, incentivando o turismo e os investimentos de empresas privadas chinesas nos países africanos”. (RYDSYK, 2010, p. 30) Além disso, a China anunciou o perdão de dívidas de países africanos e prometeu representar seus interesses em organizações internacionais.

No encontro da FOCAC de 2006, o presidente chinês Hu Jintao reforçou a importância de África para a política externa chinesa, anunciando a expansão do IED chinês no continente. As áreas de infraestrutura, desenvolvimento, comércio e investimentos foram anunciadas como determinantes para fortalecer a cooperação sino-africana. Assim, criou-se um fundo de investimentos no valor de cinco bilhões de dólares como meio de viabilização e suporte

às empresas chinesas com interesse em realizar projetos na África. Esse encontro rendeu a assinatura de dezesseis acordos comerciais, no total de 1,9 bilhões de dólares, em áreas como tecnologia e comunicação, infraestrutura e recursos naturais. Um exemplo de projeto acordado nesse encontro foi a construção de uma fundição de alumínio no Egito, a ser realizada pela estatal chinesa *China International Trust and Investment Company*. (RYDSYK, 2010, p. 31)

Em 2009, no encontro do FOCAC realizado no Egito, ressaltou-se a intenção dos países africanos e da China na promoção da paz e segurança regional, além do interesse em fortalecer a coordenação e cooperação em questões como a crise financeira internacional, as alterações climáticas, as metas do desenvolvimento do milênio, entre outros. Na questão da cooperação econômica, o governo chinês comprometeu, entre outros aspectos, a criar centros de demonstração da tecnologia agrícola e a fornecer empréstimos preferenciais aos países africanos. Finalmente, no âmbito do desenvolvimento, há o comprometimento da China na concessão de assistência em projetos de energia limpa, no aumento da quantidade de bolsas para estudantes africanos, no treinamento de profissionais africanos e no fornecimento de equipamentos de assistência médica.

“NOVO COLONIALISMO”? RESULTADOS E CRÍTICAS À PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA

O crescimento da presença chinesa nos últimos anos têm desencadeado diversos debates sobre sua natureza e consequências para o continente africano. Como já foi exposto, uma das principais críticas

apontadas pelos países ocidentais é o princípio da não-interferência chinesa nos assuntos internos dos países africanos. Apesar disso, outros pontos têm ganho destaque, como as consequências da predominância das *commodities* na pauta de exportação dos países africanos para a China e a grande presença de trabalhadores vindos da China nas empresas chinesas instaladas no continente. Entretanto, há também claros benefícios da maior presença chinesa, como investimentos em infraestrutura, apoio à Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e cancelamento do pagamento de dívida externa. A seguir abordaremos os benefícios colhidos e as críticas à reaproximação entre essas regiões.

Oliveira (2007) afirma que um dos interesses da China na realização da FOCAC é claramente assegurar para si o fornecimento de recursos para manter seu crescimento econômico. Entretanto, o relacionamento vai além disso: trabalham com os africanos no campo da diplomacia, ajuda técnica e financeira, em projetos de infraestrutura, entre outros. É importante ressaltar que uma das razões para a grande aproximação sino-africanas nas últimas décadas é “o vácuo causado pelo ostracismo a que foi submetida a África pelos principais países ocidentais desenvolvidos desde o início dos anos 1980” (citação de outro artigo do AUTOR). Como esses países pararam de investir ou diminuíram seu interesse no continente africano, a China foi ocupando o vazio e aproveitando as oportunidades oriundas de suas relações com esses países.

Para Taylor (2006), no curto prazo o comércio e investimento chineses são destinados à assistência ao desenvolvimento do continente. Através do comércio sino-africano, pequenos e médios empresários africanos passaram a estabelecer lucrativos laços com redes de negócios chinesas e taiwanesas, fora dos

canais governamentais. A China tem como compromisso com os países africanos da FOCAC a isenção de tarifas em vários produtos importados e o estabelecimento de zonas de livre comércio. A atividade turística no continente africano também beneficiou-se do desenvolvimento chinês: o fortalecimento de uma classe média no país asiático levou ao aumento do fluxo de turistas para os países africanos amigos, considerados “destinos turísticos aprovados”. (OLIVEIRA, 2007)

Projetos de infraestrutura são um dos destaques da presença chinesa na África. Empresas chinesas estão construindo estradas, hospitais, portos, oleodutos, barragens e escritórios governamentais - sozinhas ou em parceria com grupos locais. Apesar de grande parte desses investimentos serem utilizados indiretamente na atuação de empresas chinesas na busca por recursos naturais, eles são essenciais para o desenvolvimento dos países. De acordo com Oliveira (2007, p. 12), em 2006, a China realizava 450 projetos de investimentos na África, dos quais somente 28% no setor de mineração e petróleo. Milhares de trabalhadores chineses deslocam-se para a África para trabalhar nessas obras, auxiliando os trabalhadores locais na área técnica. Além disso, há uma procura em expandir a cultura chinesa para os países africanos: foram construídos “Institutos Confúcio”, como centros de estudos chineses e de ensino do idioma chinês.

A transferência de tecnologia também marca as relações sino-africanas: segundo Oliveira (2007, p. 11), um exemplo é a ajuda chinesa dada para a Nigéria na construção e lançamento de um satélite espacial. Além de tudo, a China concede empréstimos de longo prazo a juros baixos ou sem juros, perdoa dívidas e concede ajuda humanitária a países africanos.

Há vários indícios que os governantes africanos estão satisfeitos

com os resultados obtidos da aproximação com a China. Graças à diminuição dos investimentos e ajuda ao desenvolvimento oriundos dos países ocidentais, à tendência dos doadores ocidentais de interferirem nos assuntos domésticos africanos e aos baixos resultados obtidos das antigas reformas baseadas no Consenso de Washington, a China surge como uma alternativa e um modelo de desenvolvimento a ser seguido:

Em 2000, Pequim abriu mão de forma voluntária de dívidas africanas legítimas no valor de 1,2 bilhão de dólares e nos cinco anos seguintes o comércio entre África e China aumentou de pouco menos de 10 bilhões de dólares para mais de 40 bilhões de dólares. A cada ano, mais empresários chineses – dez vezes mais em 2006 do que em 2003 – chegam à África para investir nas áreas em que as companhias ocidentais não têm interesse em negociar, enquanto o governo chinês oferece auxílio ao desenvolvimento sem impor nenhuma das condições ligadas à ajuda ocidental (a não ser que não reconheçam Taiwan). Os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as lideranças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos. (ARRIGHI, 2008, p. 217)

Entretanto, nem tudo são flores no relacionamento sino-africano. Há um aumento do número de líderes sociais e setores da sociedade civil africana, apoiados por estudiosos, governantes e organizações ocidentais, preocupados com a aproximação chinesa e criticando-a, temendo que no longo prazo essa parceria

possa prejudicar o desenvolvimento das nações africanas.

Primeiramente, uma das questões apontadas são as consequências do grande peso de petróleo e recursos naturais na pauta de exportações africanas. Por um lado, a forte dependência desses países em *commodities* deixa-os vulneráveis as variações internacionais de preço. Por outro, o grande aumento da exportação de *commodities* nesses países, devido ao aumento da demanda chinesa, deixa-os em uma posição confortável no curto prazo, o que os faz não diversificarem suas atividades econômicas e investir em capital humano, por exemplo. Esse problema é intensificado quando se percebe que a China importa apenas petróleo e recursos crus, mantendo as atividades de processamento, que adicionam maior valor agregado, em seu próprio país. (TAYLOR, 2006, p. 952) Assim, o aumento das exportações de recursos naturais aumenta a dependência africana da China.

Outra questão que provoca receio nos críticos das relações sino-africanas é a crescente entrada de produtos manufaturados chineses no mercado africano e suas consequências para a indústria local. A grande maioria das indústrias dos países africanos não tem com quem competir com os baixos preços das manufaturas chinesas e acabam fechando suas portas. A indústria têxtil africana é uma das que mais sofre com o aumento das exportações chinesas: além de perder mercado nacional para os produtos chineses, tanto perde competitividade internacionalmente e sofre com a redução das exportações¹². De acordo

¹² Em 2000, os EUA fizeram a lei AGOA (Lei de Crescimento e Oportunidade para a África). A partir dessa lei, foram estabelecidas quotas para tecidos e roupas importadas da China e foi permitida a entrada dos produtos africanos no mercado estadunidense, sem impostos. Assim, houve um rápido crescimento das exportações de têxteis de países como África do Sul, Lesoto e Madagascar. Entretanto, quando o acordo expirou (janeiro de 2005), as restrições aos produtos asiáticos foram retiradas e houve um transbordamento de têxteis chineses no mercado americano. Os africanos, que não conseguiam competir com os baixos preços dos produtos asiáticos, reduziram suas exportações, fazendo com que várias fábricas fechassem e milhares de trabalhadores perdessem seus empregos (Rydsyk, 2010, p. 42).

com Rydzyk (2010, p. 43), um estudo com 96 micros, pequenas e médias empresas africanas mostrou que, como consequência da competição da China, 28% faliram e 32% foram forçadas a diminuir o tamanho de suas operações. O enfraquecimento da indústria local africana causa o receio da desindustrialização nos países.

A maior presença de multinacionais chinesas na África também traz à tona a questão do grande número de chineses contratados, em vez de trabalhadores locais. Isso ocorre devido a diferenças culturais e idiomáticas – os chineses geralmente estão mais acostumados com as tecnologias e com eles a comunicação e gerenciamento das empresas são facilitadas. Além disso, segundo Anshan (2007) *apud* Rydzyk (2010, p. 43), os trabalhadores que vêm da China são mais complacentes com a demanda de trabalho, aceitam trabalhar por longas horas, durante feriados e dias de semana. Como consequência, essas ações das empresas, além de não gerarem empregos nos países africanos, prejudicam a transferência de tecnologia e de competências. Assim, esse é um dos pontos mais discutidos nos encontros da FOCAC e, devido às queixas de líderes da Nigéria e África do Sul, o Ministério do Comércio Chinês tem incentivado as empresas a aumentar o treinamento de pessoal local, para elevar as contratações de força de trabalho africano. (AJAKAIYE, 2006)

A questão das consequências ambientais para a África em decorrência dos investimentos chineses é abordada por Jiang (2009). Segundo esse autor, o crescimento acelerado da China, baseado na indústria pesada, e a realocação de empresas ocidentais muito poluentes no país causaram grande devastação ambiental. Como consequência, o país ocupa o primeiro lugar no ranking de maior poluição atmosférica¹³ e possui 70% de seus rios poluídos. A pouca cons-

ciência ambiental das empresas chinesas que passam a atuar em países africanos com frágeis legislações ambientais podem levá-los a sérios problemas relacionados à degradação ambiental no futuro.

Além disso, uma das maiores críticas feitas pelos países ocidentais em relação a presença chinesa no continente é seu princípio da não-interferência. Ela cria força quando o país asiático, em sua busca por recursos naturais, alinha-se política e economicamente com governos africanos autoritários e corruptos e que infringem direitos humanos, como Irã e Sudão. Quando esse tema é trazido à tona pelo Ocidente, os chineses afirmam que “Negócios são negócios. Nós tentamos separar política de negócios” (ZWEIG; JIANHAI, 2005) e que eles auxiliam no crescimento econômico e na busca da prosperidade desses países, não sendo necessário interferir na soberania dos Estados. Entretanto, esses argumentos não convencem os países ocidentais, principalmente os EUA, que têm como objetivo isolar os Estados párias ou puni-los por falharem na promoção da democracia, no cumprimento das ordens internacionais ou no respeito aos direitos humanos. A China, dessa forma, ao aproximar-se de países isolados pelos EUA, diminui o peso das exigências americanas, desafiando sua hegemonia moral e sua habilidade para punir Estados cujas práticas são vistas como fora das normas internacionais.

As preocupações ocidentais ganharam destaque no caso de Angola. Em 2002, após o fim da guerra civil que durou 27 anos, o governo angolano, ditatorial, corrupto e opressivo, buscou financiamento no Fundo Monetário Internacional (FMI) para reconstruir o país. Devido à má governança, o FMI só concede-

ria o empréstimo se o governo se comprometesse a aumentar a transparência, para lutar contra a corrupção, e a melhorar o gerenciamento da economia. O governo angolano, que resistia a aceitar as condições do FMI, achou uma solução bem mais confortável, que fez com que negasse a oferta da instituição: a China, através do Exim Bank, ofereceu um empréstimo de US\$2 bilhões, com pagamento em 17 anos e juros de 1,5%. (TAYLOR, 2006, p. 947) O acordo, por outro lado, garantia o fornecimento de, primeiramente, 20.000 barris de petróleo cru por dia para a China, passando mais tarde para 40.000 barris, e concedia para empresas chinesas os contratos de construção da infraestrutura no país – o que provocou grande insatisfação por parte dos empresários angolanos e da população, já que o setor de construção é um grande empregador de mão de obra no país.

Para os governantes angolanos, esse acordo foi muito benéfico: para o embaixador angolano em Londres, em um discurso de 2004, “nenhuma condição humilhante foi imposta sobre Angola. A China é uma ‘verdadeira amiga da África’ e permitiu que ela se desenvolvesse sem impor condições políticas”. (TAYLOR, 2006, p. 948, grifos nossos) Dessa forma, fica evidente que o governo conseguiu escapar da tentativa do FMI de tentar aumentar a transparência no país. Uma das preocupações relaciona-se com os próprios projetos de reconstrução que deveriam ser feitos com os recursos obtidos da China – segundo Taylor (*idem*), não há informações públicas disponíveis relacionadas ao orçamento e andamento dos mesmos.

Como consequência da aproximação sino-angolana e da não interferência, há uma preocupação crescente que o governo deste país

¹³ Em 2007 a China passou a ser o país que mais emite dióxido de carbono do mundo, passando os EUA (Jiang, 2009, p. 588).

continue com práticas corruptas e desrespeitando normas internacionais. Mas, por outro lado, os recursos obtidos da China foram essenciais para a reconstrução da infraestrutura do país e passaram a ser vistos como “salvadores” e guias para o desenvolvimento. Além disso, as relações comerciais entre esses países se intensificaram, tornando Angola o segundo maior fornecedor de petróleo cru para a China já em 2006, exportando um terço de sua produção para o país asiático. (JIANG, 2009, p. 597) Dessa forma, apesar de não contribuir para resolver os problemas de governança, os recursos chineses são bem-vindos e vistos como um meio para resolver os problemas originários de anos de guerra civil.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A aproximação entre a China e os países africanos vem ocorrendo desde meados do século XX, após a Revolução Cultural, com motivações políticas e ideológicas da parte do governo chinês. Entretanto, com o crescimento chinês acelerado depois dos programas de reforma e abertura de Deng Xiaoping, a China reforça seu interesse na África, agora motivada principalmente por fatores econômicos. O continente africano passa a ser um grande atrativo para a crescente “fome” chinesa por recursos energéticos e minerais necessários para manter o notável crescimento econômico do país.

Assim, a China volta-se com todas as forças para o continente, através de investimentos externos diretos, financiamentos, planos de cooperação e obras de infraestrutura. O comércio com os países africanos e os IEDs chineses direcionados ao continente aumentaram de forma expressiva nos últimos anos, sendo que estes últimos foram destinados na maior parte para os países

que mais exportam petróleo para a China (Angola e Sudão). Vários governantes africanos veem esse relacionamento como uma fonte de oportunidades de saída da crise que atormentava suas economias nas últimas décadas. Sem dúvidas, a China colabora para o desenvolvimento econômico desses países, através de obras de infraestrutura, ajuda financeira, investimentos e perdão de dívidas, como foi exposto no decorrer do artigo. Entretanto, não são poucas as críticas dos países ocidentais à esse estreitamento das relações: os impactos das manufaturas chinesas na indústria local africana, o grande número de trabalhadores da China trabalhando nos projetos nos países africanos, os impactos da especialização desses países na exportação de *commodities* e a não interferência nos seus assuntos internos, por exemplo.

Há um crescente debate sobre a caracterização ou não da presença chinesa na África como um “novo-colonialismo”. Os autores contrários à essa afirmação indicam que um dos grandes motivos que levaram a China à aumentar sua presença no continente africano foi o próprio espaço deixado pelos países ocidentais desde os anos 1980. O país asiático foi visto como um “salvador” quando as empresas ocidentais diminuíram seus investimentos ou até pararam de investir no continente. Por outro lado, a visão dos países africanos em relação à China não é de colonizador e explorador: eles veem o país como um modelo de desenvolvimento a ser seguido e sentem que estão engajados em um diálogo entre iguais quando se trata da China – o que não acontece com os países ocidentais, que impõem condicionamentos para a ajuda econômica. A China é vista como amiga da África: em 2003, o então Primeiro Ministro Chinês, Wen Jiabao, declarou que “a assistência e os investimentos chineses são dados com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos

políticos”. (OLIVEIRA, 2007, p. 8) Além disso, a presença chinesa não é caracterizada por alianças militares e bases no estrangeiro – características dos antigos países colonizadores -, e sua projeção militar no exterior, ainda pequena, é destinada à missões de paz. Dessa forma, a China é vista com bons olhos por muitos governantes africanos.

Entretanto, as críticas a favor da tese do “novo-colonialismo” mostram que o interesse chinês no continente é principalmente decorrente da necessidade crescente de recursos naturais e energéticos para sustentar o crescimento econômico e da busca por mercados para os produtos chineses. E, ao incentivar a especialização dos países africanos em *commodities*, a China não preocupa-se com o desenvolvimento econômico de longo prazo desses países periféricos, os quais ficam muito suscetíveis às flutuações dos preços das *commodities* no mercado mundial. Segundo Ouriques e Lui (2012, p. 25), “sem uma mudança nas estruturas produtivas para setores e nichos produtivos de maior valor agregado, é possível que os atuais ganhos sejam apenas um interstício fugaz de uma trajetória mais longa de espoliação do continente africano”. Finalmente, ao não se envolver nas disputas e fricções internas dos países, a China não auxilia na melhora de vida da população de vários países, vítimas de violação dos direitos humanos, da corrupção governamental e da opressão.

Em 2011, a então Secretária de Estado Americana, Hillary Clinton, afirmou a existência de um “novo-colonialismo” na África, realizado por governos e investidores estrangeiros interessados apenas na exploração de recursos naturais para enriquecerem-se. Apesar de não citar um país em específico, no dia anterior ao seu discurso Clinton havia demonstrado preocupação com os grandes investimentos chineses no continen-

te, dos quais a população africana não estava sendo beneficiada: “Nós vimos isso nos tempos coloniais – é fácil chegar, pegar os recursos naturais, pagar governantes e ir embora. E quando você vai não deixa muito para as pessoas que estavam lá. Nós não queremos ver um ‘novo-colonialismo’ na África”. (LEE, 2011) Clinton ainda afirmou que os Estados Unidos não querem que os investidores estrangeiros fracassem em suas atividades na África – o que eles querem é que esses investidores ajudem esses países, contribuindo para seu desenvolvimento. Já em 2013, foi a vez do Presidente norte-americano, Barack Obama, evidenciar suas preocupações acerca do envolvimento africano com certos Estados. Em sua visita para Senegal, África do Sul e Tanzânia, Obama alertou os países africanos sobre o crescente interesse de alguns países, baseados apenas na exploração de recursos naturais e não no desenvolvimento do continente. Apesar de também não mencionar nenhum país em específico, o Presidente destacou o fato de esses países levarem trabalhadores nacionais para trabalhar em seus projetos na África, prejudicando a geração de emprego para trabalhadores africanos. (KIMENYI, 2014) Esses dois casos demonstram a preocupação norte-americana com relação à crescente aproximação dos países africanos com a China e outros países.

Essa preocupação, entretanto, não é apenas do Ocidente. Em um artigo no *Financial Times*, Lamido Samusi, presidente do Banco Central da Nigéria, afirma que os africanos devem acordar para a realidade de seu “romance” com a China. Segundo ele, a Nigéria importa bens de consumo da China, como têxteis, móveis, eletrônicos e materiais de construção; e exporta petróleo cru. Para Sanusi, a relação de vender bens primários para a China e importar manufaturados é a essência

do colonialismo. Assim, os africanos devem parar de ver a China como nos tempos do movimento dos Não-Alinhados: o país não é mais um amigo subdesenvolvido, mas sim a segunda maior economia do mundo, capaz das mesmas formas de exploração que o Ocidente. (SANUSI, 2013)

Dessa forma, não faltam entusiastas e críticos sobre o estreitamento das relações sino-africanas. O que os países africanos devem ter em mente é que empresas e países que fazem operações nos seus territórios estão buscando maximizar suas posições (atividades lucrativas e busca pelo poder, respectivamente). Assim, os governos e membros da sociedade civil devem garantir que o envolvimento com atores estrangeiros promova o máximo possível de benefícios para suas sociedades. No caso da China, eles devem aproveitar as oportunidades e ajudas trazidas pelo país asiático, mas, ao mesmo tempo, devem buscar investir em tecnologia e recursos humanos para diminuir sua dependência de exportações de *commodities* e protegerem-se das flutuações dos mercados mundiais. Os países exportadores de petróleo precisam investir na refinação do óleo, construir indústrias petroquímicas e usar suas reservas de petróleo e gás natural para geração de energia, o que diminuirá sua dependência de outros Estados. (SANUSI, 2013) Também devem investir em infraestrutura e na produção de manufaturas. Mesmo que não sejam competitivos inicialmente, os países africanos têm um grande mercado para produtos manufaturados e podem focar suas vendas nele, ocupando o lugar da China. Para isso, o investimento em educação e P&D é essencial. A tarefa não é fácil, devido à falta de recursos, instabilidade política e social e pressão dos países ocidentais, para dar apenas alguns exemplos. Entretanto, os países africanos, membros

da periferia da economia mundo capitalista, podem aproveitar as oportunidades trazidas pelas mudanças decorrentes da ascensão chinesa, para tentar transformar os surtos atuais de crescimento econômico em melhorias, mesmo que inicialmente modestas, no padrão de vida de suas populações.

REFERÊNCIAS

- ALVES, André. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 1, p. 25-32. jan. / mar. 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo. Boitempo, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **Fim do Milênio**. A sociedade em Rede: A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. (V. 3).
- DEWS, Fred. **8 Facts about China's Investment in Africa**. Maio de 2014. Disponível em <<http://www.brookings.edu/blogs/brookings-now/posts/2014/05/8-facts-about-china-investment-in-africa>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- JIANG, Wenran. Fuelling the Dragon: China's Rise and Its Energy and Resources Extraction in Africa. **The China Quarterly**, v. 199, p. 585-609, set. 2009.
- KIMENYI, Mwangi. Harnessing Africa's Emerging Partnerships. **Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2014**. Brookings, 2014.
- LEE, Matthew. **Hillary Clinton Warns Africa of "New Colonialism"**. The World Post. Março de 2011. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2011/06/11/hillary-clinton-africa-new-colonialism_n_875318.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- MINISTRY OF COMMERCE
PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

(MOFCOM). **Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment** Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/>> Acesso em: 27 nov. 2014.

OLIVEIRA, Amaury P. A política africana da China. **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. 2007.

OURIQUES, Helton; LUI, Aline. China e África: uma parceria estratégica. **Boletim Meridiano**, 47, v. 13, n. 134, p. 19-27, nov./dez. 2012.

PEREIRA, Aniele. **Relações China-África: a estratégia política e econômica no continente africano**. 2011. Monografia. Universidade

Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2011.

RIBEIRO, Valéria. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do Imperialismo econômico. **Revista Oikos**, v. 9, n. 2. 2010.

SANUSI, Lamido. **Africa must get real about Chinese ties**. Financial Times, Março de 2013. Disponível em <http://www.huffingtonpost.com/2011/06/11/hillary-clinton-africa-new-colonialism_n_875318.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SUN, Yun. **Africa in China's Foreign Policy**. Brookings. abr. 2014.

TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. **International Affairs**, v. 82, p. 937-959, 2006.

UNComtrade. **Database**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

UNCTAD. **UnctadStats Database**. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

ZWEIG, David; JIANHAI, Bi. China's Global Hunt for Energy. **Foreign Affairs**. out. 2005.